

Comissão proíbe a posse e o porte de armas de fogo

- Somente profissionais de segurança e esportistas serão autorizados a possuir e portar armamentos, conforme proposta aprovada ontem por comissão de senadores e deputados. Também ficam proibidas a fabricação e a venda de armas de brinquedo



Fotos: Waldemir Rodrigues

A Comissão Mista Especial do Porte de Armas aprovou ontem relatório do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh que institui o Estatuto do Desarmamento. Segundo a proposta, que será votada pelo Plenário do Senado na quarta-feira, a posse e o porte ficam restritos a profissionais de segurança e esportistas. Consulta popular decidirá em 2005 sobre a venda de armas de fogo.

CONTROLE Relatório acolhido pela comissão mista estabelece que autorização do porte de armas será atribuição exclusiva da Polícia Federal

Página 3

África quer integração para se desenvolver

Aproximar as nações africanas de outros países do mundo é o objetivo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad), organização cujo trabalho foi tema de audiência pública promovida ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Embaixadores africanos estiveram presentes.

Página 3

Simon e delegados se queixam em CPI



CPI DO BANESTADO Delegados prestam depoimento na reunião presidida por Antero Paes de Barros

As investigações sobre desvio de recursos, que agora sofrem com vazamento de informações, foram prejudicadas pelo

rodízio de equipe, dizem delegados. Já Pedro Simon estranha silêncio das TVS e ausência de líderes partidários na CPI.

Páginas 4 e 5

Congresso discute uso do software livre

O Senado e a Câmara realizam em agosto uma série de eventos destinados a discutir a utilização pelo governo brasileiro dos chamados *softwares* livres (programas de computador abertos e em geral gratuitos). Seminários e palestras com a presença de vários especialistas estrangeiros deverão avaliar os impactos econômicos da medida no país.

Página 6

Ideli reivindica direitos para trabalhadores

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) reivindicou ontem a adoção de semana de 40 horas e equivalência salarial entre os trabalhadores das empresas montadoras que venderão veículos para o programa de renovação da frota de caminhões destinados a autônomos e pequenos frotistas. Ela argumentou que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) desembolsará R\$ 2,5 bilhões anuais, sendo justo que os metalúrgicos obtenham algum benefício com o programa.

Segundo Ideli, o programa, denominado Modercarga, deveria ser divulgado no início da semana, mas precisou ser postergado por falta de acordo entre os representantes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), das centrais sindicais CUT e Força Sindical, e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Para ela, o Modercarga, além de modernizar a frota de caminhões de carga, abre condições melhores de trabalho para pequenos frotistas, pelo fato de o programa aumentar, em 10 mil unidades por ano, a venda de caminhões no país, resultando na criação de 120 mil empregos na cadeia automotiva, no prazo de três anos.

A senadora também aplaudiu a decisão do Ministério do Trabalho de frear o processo de flexibilização das relações trabalhistas, ao revogar portaria de 1995 que privilegiava a negociação trabalhista acima da legislação em vigor, o que, a seu ver, na prática revogava a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Agenda

CPI do Banestado faz diligência no Paraná

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT); o vice-presidente, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ); e o relator, deputado José Mentor (PT-SP),

têm reunião com o governador do Paraná, Roberto Requião, hoje, em Curitiba (PR), às 11h. À tarde, eles se reúnem com a força-tarefa composta pelo Ministério Público, Polícia

Federal e Receita Federal para acompanhar o andamento das investigações. Na terça-feira, às 10h, a CPI vai ouvir o depoimento do ex-diretor do Banco Central Gustavo Franco.

CAE vota isenção de IPI na terça-feira

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne na terça-feira, às 10h, para votar o projeto que autoriza a Bahia a obter crédito externo para financiar programa do Sistema Estadual de Saúde; o que institui o

auxílio-reabilitação para pacientes acometidos de transtornos mentais; e o que prevê isenção do IPI na compra de automóveis para transporte autônomo de passageiros e para pessoas portadoras de deficiência física.



Armas de fogo na pauta de quarta-feira

A votação em Plenário da proposta impondo severas restrições ao porte de armas de fogo e sugerindo a realização de consulta popular para decidir sobre a comercialização de armamentos no país está

marcada para quarta-feira. O relatório do deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (foto) foi aprovado ontem pela Comissão Mista Especial do Porte de Armas e tramita em regime de urgência.

Segurança particular em votação na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), se reúne na quarta-feira, às 10h, para discutir o projeto que trata da regulamentação da profissão de agente de segurança privada; o

que institui o mapa de exclusão social e estabelece metas e normas na gestão social do estado; e o que determina que informações sobre licenciamento ambiental sejam disponibilizadas pela Internet.



Reforma em debate

No programa *Cidadania*, o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), Severino Ribeiro, e a presidente da Associação Brasileira das Instituições de Previdência dos Estados e Municípios (Abifem), Helena Regina Susin, debatem o projeto de reforma da Previdência e os possíveis impactos na sociedade. O programa será exibido hoje, às 13h, pela TV Senado.

Sessões sem deliberação

A sessão de hoje, às 9h, e a de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e discursos, não havendo votação de matérias. O primeiro inscrito para subir à tribuna hoje é Augusto Botelho (PDT-RR). O leitor pode acompanhar os trabalhos legislativos por meio das notícias publicadas em tempo real pela página na Internet da Agência Senado (www.senado.gov.br/agencia).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



RESULTADO Segundo Delcídio, polícia prendeu 4.110 traficantes em cinco anos

Delcídio relata esforços de MS pela segurança

Os esforços do governo de Mato Grosso do Sul para melhorar a segurança pública foram destacados em pronunciamento ontem pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele informou que, com a colaboração da Polícia Federal, as polícias Civil e Militar do estado apreenderam, nos últimos cinco anos, 300 toneladas de maconha, 20 toneladas de cocaína, 1,1 mil veículos terrestres e 60 aviões roubados, além de prenderem 4.110 traficantes – 90% deles oriundos de outros estados.

O representante sul-matogrossense relacionou diversos investimentos feitos em segurança pública pelo governo de seu estado. Entre eles, a aquisição de viaturas, equipamentos de comunicação e de informática, armas, coletes antibalísticos e munições. Além dessas compras, houve ainda a implantação do laboratório de DNA e as reformas e ampliações dos prédios que abrigam as polícias Militar e Civil e o Corpo de Bombeiros, tanto na capital, Campo Grande, quanto nas cidades do interior.

Delcídio também destacou a valorização dos profissionais, cujos salários vêm sendo melhorados desde o ano 2000. Foram empossados 400 novos membros na PM, que ainda precisa de mais 300 policiais. O senador anunciou a criação de um programa de financiamento de casa própria e automóveis para os policiais.

– Apesar do esforço do governo, a interestadualidade e a internacionalidade do crime ali praticado exigem a intervenção da União e recursos humanos e materiais que são de responsabilidade da área federal – cobrou o senador.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Aprovado relatório que proíbe o porte de armas

Proposta prevê suspensão da venda até 2005, quando consulta popular decidirá a questão

Uma consulta popular, marcada para outubro de 2005, irá decidir se haverá ou não a venda de armas de fogo e munição em todo o país. Este é um dos principais dispositivos do relatório do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) aprovado ontem pela Comissão Mista Especial do Porte de Armas, criada para consolidar os 77 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tratam

do assunto.

Pela proposta, fica criado o Estatuto do Desarmamento, que limita a posse e o porte de armas aos militares e policiais, empresas de segurança, esportistas, colecionadores e caçadores cadastrados no comando do Exército. A comercialização e o porte de arma de fogo ficam proibidos até outubro de 2005, quando haverá a consulta popular. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a realização da consulta já nas eleições municipais de 2004.

Antes de apresentar o relatório, Greenhalgh acompanhou, na quarta-feira, a votação do relatório do senador César Borges (PFL-BA), na Subcomissão

Permanente de Segurança Pública, criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). César Borges apresentou um substitutivo aos projetos dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Gerson Camata (PMDB-ES) e dos então senadores Djalma Falcão e José Roberto Arruda.

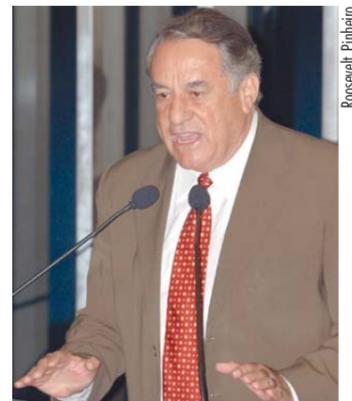
Para Aloizio Mercadante (PT-SP) e Renan Calheiros, não há muitas divergências entre o relatório da subcomissão do Senado e o da comissão mista especial. O relatório agora segue para apreciação, em regime de urgência, nos Plenários da Câmara e do Senado, onde deve entrar em pauta na próxima quarta-feira.



EM PAUTA Greenhalgh (E), ao lado de Edison Lobão, defende relatório que vai a Plenário na quarta-feira



RIGOR Por sugestão de Sérgio Zambiasi, portar armas de brinquedo pode dar cadeia



DESARMAMENTO Juvêncio sugere laque antidisparo nas armas dos colecionadores

Crime inafiançável tem penas ampliadas para até seis anos

A proposta aprovada ontem na comissão prevê pena de três a seis anos de reclusão para quem possuir, deter, portar, fabricar, adquirir, vender, alugar, fornecer, emprestar, transportar e manter sob guarda ou ocultar arma de fogo ou munição de uso proibido ou restrito, crimes considerados inafiançáveis. Caberá somente à Polícia Federal, de acordo com o relatório, autorizar o porte de arma, após ser consultado o Sistema Nacional de Armas (Sinarm).

Quem desejar adquirir arma de fogo deverá ter mais de 25 anos de idade, comprovar idoneidade, apresentar certidões de antecedentes criminais e comprovar capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio da arma. Armas utilizadas pelos vigilantes privados serão de propriedade, res-

ponsabilidade e guarda das empresas de segurança.

A proposta de Greenhalgh proíbe também a fabricação, venda e importação de brinquedos e réplicas de armas de fogo. Quem utilizar arma de brinquedo para cometer crimes estará sujeito a pena de reclusão de um a três anos e multa. Por sugestão do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), acolhida pelo relator, a pena será aplicada também para quem portar arma de brinquedo e não apenas para quem utilizá-la.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) propôs a instalação de detectores de metais em locais de grande concentração popular, como estádios de futebol e shopping centers. Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) sugeriu que nas armas de fogo de coleção sejam colocados laques que impeçam o disparo.

Comissão discute relações entre Brasil e África

Em audiência pública ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi discutida a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad), organização que pretende aproximar os países africanos entre si e com outras nações do mundo, como o Brasil. O embaixador da República de Camarões no Brasil, Martin Mbarga Nguete, afirmou ser muito importante o Congresso Nacional empenhar-se na renovação das relações entre Brasil e África.

Nguete afirmou que os africanos enfrentam "selvagem competição" no mundo globalizado, destacando que o Brasil ocupa papel importante como aliado natural da África.

O embaixador do Senegal,

César Coly, disse que o Brasil e os países africanos precisam incrementar o comércio bilateral e solicitou mais espaço para produtos africanos. O diretor-geral da África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, pediu que o Congresso se empenhe em fa-

cilitar a entrada de produtos africanos no Brasil.

O vice-presidente da CRE, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), apoiou maior aproximação entre Brasil e os países africanos. Também participaram da audiência os embaixadores de Argélia, Cabo Verde, Costa do Marfim, Congo e Nigéria.



INTEGRAÇÃO Em audiência pública promovida pela CRE, diplomatas brasileiros e africanos apresentaram possibilidades de parcerias

Senadores destacam interesses comuns e afinidades culturais

Durante a audiência pública com representantes de países africanos, Ideli Salvatti (PT-SC), autora do requerimento que motivou a reunião, sugeriu a continuidade dos debates sobre a aproximação do país com o continente africano, especialmente em relação à atual ausência de comunicações marítimas e aéreas.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o Nepad é um passo gigantesco para a África. "O colonialismo foi um mal, mas os povos africanos entenderam que é hora de tentar resolver os próprios problemas, claro, com apoio da comunidade internacional", disse.

O senador Rodolpho Tou-

rinho (PFL-BA) questionou sobre regras para a iniciativa privada, especialmente para o petróleo. O embaixador César Coly explicou que a prioridade é a estabilidade política, mas que regras para a iniciativa privada também são importantes.

João Capiberibe (PSB-AP) saudou a realização de um projeto comum para o continente africano. Eurípedes Camargo (PT-DF) defendeu que as relações entre Brasil e África sejam mais trabalhadas. O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) lembrou a influência africana na cultura maranhense. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) destacou as semelhanças populacionais e climáticas entre África e Brasil.

CPI DO BANESTADO

Delegados Euclides Rodrigues da Silva Filho e Paulo Roberto Falcão Ribeiro relatam avanços nas investigações, mas denunciam entraves na condução dos inquéritos

Desvio de dinheiro envolve mais 157 contas

O delegado Paulo Roberto Falcão Ribeiro disse aos parlamentares da CPI do Banestado que 160 contas bancárias da agência do banco em Nova York já estão com sigilo quebrado, a partir de pedido do Banco Itaú – atual proprietário do Banestado – à Justiça norte-americana, e que outras 157 estão em processo de investigação. Essas novas contas, segundo o delegado, só chegaram a seu conhecimento há uma semana, apesar de serem conhecidas pela diretoria do antigo Banestado desde 1996.

Paulo Roberto contou que um dos funcionários do Banestado começou a desviar dinheiro de uma dessas contas. Quando o desfalque chegou a R\$ 150 mil (na época, o real tinha praticamente a mesma cotação do dólar), ele foi descoberto e sofreu processo administrativo



OMISSÃO Em depoimento ontem à CPI, delegados informaram que diretoria do Banestado sabia das irregularidades desde 1996

pela diretoria do banco. Para tentar salvar o emprego, alegou que a conta era irregular, de um “laranja”, e prometeu repor o dinheiro. Contou ainda que tinha conhecimento de 157 contas na mesma situação. A dire-

toria do Banestado, na ocasião, não denunciou o fato às autoridades.

Só na semana passada, sete anos depois, o delegado afirmou que foi informado da existência dessas contas.

– Nossas investigações estão, por enquanto, centralizadas na antiga agência de Nova York do Banestado, mas acreditamos que há contas igualmente irregulares em vários outros países, e o dinheiro é enviado para cerca de 90 países, e em alguns casos até retorna ao Brasil – relatou o delegado.

Novas informações

O volume de dinheiro das contas de que se tinha conhecimento chega a US\$ 24 bilhões, mas esse total deve subir muito com a descoberta das 157 outras contas. O delegado informou que o esquema de “laranjas” envolveu empregadas domésticas, balconistas, lavradores e desempregados. Eles cediam documentos verdadeiros, assinavam talões de cheques inteiros, e a maioria nem ao menos sabia em quem estava sendo envolvido.

Uma balconista de loja chegou a movimentar US\$ 130 milhões em dez dias. Os gerentes e funcionários dos bancos em Foz do Iguaçu, ouvidos no inquérito, diziam que o grande volume de dinheiro “era comum naquela área, por causa da fronteira com o Paraguai”, relatou o delegado. Algumas empresas de fachada criadas para operar o dinheiro tinham existência de apenas dois dias. Eram registradas na junta comercial, movimentavam o dinheiro necessário à operação ilícita e eram fechadas depois.

A Polícia Federal já fez duas diligências nos Estados Unidos, e tem marcada uma outra entre 29 de setembro e 4 de outubro. Dos US\$ 24 bilhões das 160 contas com sigilo já quebrado, US\$ 3 bilhões retornaram ao Brasil e estão em processo de perícia.

Delegados denunciam que rodízio de equipe prejudicou investigações

Os delegados da Polícia Federal Euclides Rodrigues da Silva Filho e Paulo Roberto Falcão Ribeiro informaram, na CPI do Banestado, que o trabalho de investigação do esquema de evasão de divisas por meio de contas CC-5 a partir de Foz do Iguaçu (PR) foi muito prejudicado pelo rodízio de delegados encarregados do caso desde a abertura do primeiro inquérito, em 1997. Segundo eles explicaram ontem na audiência na CPI, há limite de tempo e de diárias para que um funcionário permaneça fora de sua área de lotação. Responsável pelo primeiro inquérito, Euclides afirmou que sempre teve que lutar contra a má vontade do Banco Central em fornecer documentos e informações.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) classificou como “vergonhoso e humilhante” para o Brasil o volume do crime que se cometeu, de dezenas de bilhões de dólares, por um tempo prolongado, e o descaso com que tudo foi tratado pelas autoridades brasileiras.

– É evidente que o rodízio de delegados encarregados era uma forma de impedir a investigação – avaliou Simon.

O deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG) lembrou que cerca de 200 delegados se alternaram nos inquéritos, permanecendo cada um apenas 90 dias no trabalho.

– Um assunto de tamanha complexidade, com o volume de dinheiro envolvido, exigia que um delegado que viesse do Norte do país, por exemplo, levasse dois meses para se inteirar de tudo. Quando estivesse pronto para levar à frente a investigação, seria substituído. Ou seja, a intenção era não permitir o bom curso da investigação – acusou Miranda.

Euclides observou que só em 1997 o Banco Central encaminhou ao Ministério Público denúncia sobre evasão de dinheiro pelas contas CC-5 e o ministério pediu abertura de inquérito. Em março de 1998, havia 25 correntistas no Banestado acusados de evasão. Houve indiciamento de 17 pessoas, entre “laranjas”, agenciadores, contadores, gerentes e diretores dos bancos.

– Quando saí de Foz do Igua-



DIFICULDADE Euclides Rodrigues disse ter enfrentado má vontade do Banco Central

çu, havia 300 inquéritos em andamento – afirmou o delegado. A equipe encarregada do caso calculou que seriam necessários mais de 2 mil inquéritos para apurar o esquema.

Os delegados disseram ainda que as investigações concentram-se na agência Banestado de Nova York, mas que já se sabe que o dinheiro retirado do Brasil seguiu para cerca de 90 países, incluindo Líbano, Paquistão, Bolívia, Uruguai e Ilhas Cayman. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da CPI, solicitou ao ministro da Justiça que peça o envolvimento do Itamaraty nas investigações.

Veja como funcionava o esquema

Entre 1991 e 1998, saíram do Brasil US\$ 84 bilhões por meio das contas CC-5. Foi a forma de se permitir que fossem remetidos dólares para fora do Brasil de forma legal e controlada, para empresas brasileiras com sede no exterior e estrangeiros residentes no Brasil, por exemplo. O que chamou a atenção das autoridades para Foz de Iguaçu (PR) foi a movimentação de dinheiro na cidade, incompatível com a economia local. Entre 1996 e 1998, foram movimentados US\$ 30 bilhões na cidade.

Várias comissões parlamentares de inquérito do Congresso mostraram que o dinheiro obtido de forma irregular era enviado para agências bancárias de Foz do Iguaçu e de lá retirado do país por meio das contas CC-5. Foi o caso da CPI mista do caso PC/Collor e da Nike/CBF, na Câmara dos Deputados, e da CPI dos Precatórios, no Senado Federal.

Qualquer depósito em dinheiro acima de R\$ 10 mil tem de ser identificado e por isso eram usados “laranjas” em contas fantasmas. A partir de 1996, no entanto, o Banco Central autorizou cinco agências bancárias em Foz do Iguaçu a receber dinheiro em espécie, sem limite ou identificação de origem, para atender ao excesso de reais em circulação na cidade paraguaia de Ciudad del Este, onde os sacoleiros brasileiros faziam suas compras para revender no Brasil.

Os bancos autorizados a receber o dinheiro eram o Banco do Brasil, o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), o Banco Rural e os extintos Banco do Estado do Paraná (Banestado, comprado pelo Itaú) e Araucária.

O dinheiro gasto pelos sacoleiros no Paraguai entrava no Brasil em espécie, pela Ponte da Amizade, em carros-forte, que deveriam ser fiscalizados pela Receita Federal. Como era impossível conferir a quantia transportada em cada um dos carros-forte, os fiscais aceitavam a declaração da quantia, os carros iam à delegacia da Receita e recebiam um carimbo, fazendo o depósito nos cinco bancos autorizados.

Começou então a chegar dinheiro de todas as partes do país para ser depositado em espécie nas cinco agências. Na maioria das vezes, os carros-forte nem mesmo passavam pela Ponte da Amizade, iam direto à Receita Federal, recebiam o carimbo e eram depositados. Com o esquema descoberto, passou-se a usar novamente as contas falsas, de “laranjas”, para realizar depósitos e em seguida enviar o dinheiro para fora do Brasil por meio das contas CC-5.

Irregularidades em Foz do Iguaçu motivaram outras CPIs no Congresso

CPI DO BANESTADO

Delegado critica vazamento de informações. Pedro Simon adverte para responsabilidade do Congresso Nacional

Simon estranha silêncio das redes de televisão e ausência de líderes

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) advertiu ontem que os resultados da CPI do Banestado são responsabilidades do Congresso Nacional.

– Está em jogo o Congresso Nacional. Se essa roubalheira, que é a maior da história do Brasil, passar, vai ficar mal para nós – afirmou.

Para Simon, assim como aconteceu na Colômbia, o crime organizado está crescendo no Brasil e se transformando num Estado dentro do Estado, mas “o governo ainda não se reuniu para constituir uma força-tarefa que combata isso”. Conforme o senador, a CPI até o momento só ouviu como fun-



Fotos: Waldemir Rodrigues

ADVERTÊNCIA Conforme Simon, “se essa roubalheira passar, vai ficar mal para nós”

ciona a Receita Federal, a Polícia Federal e o Banco Central, mas nenhum nome foi apre-

sentado.

– O detalhe que me chamou a atenção foi que até hoje nenhum líder partidário apareceu para dar uma olhadinha na CPI. Nas CPIs anteriores, os líderes não saíam um minuto. E aqui [a CPI] que colocaria em risco o andamento das reformas não tem espaço nas grandes redes de televisão. Para elas, a CPI do Banestado não existe.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que já existia indício de crime em 1996, pois houve uma denúncia ao Ministério Público Federal, e as autoridades do Banco Central e da Receita Federal montaram um sistema de acompanhamento,

mas deixaram continuar as remessas de dólares até 1999 sem identificação do remetente. Para Ideli, existem duas questões a serem respondidas: como estancar o crime e como controlar o Banco Central, que deveria fiscalizar as contas CC-5.

Simon acrescentou uma pergunta à lista: “Como buscar o dinheiro de volta e botar os caras na cadeia?”

O senador disse que o depoente de ontem na CPI, delegado Paulo Roberto Falcão Ribeiro, atual responsável pela investigação, só pôde vir de Curitiba a Brasília porque o presidente do Senado, José Sarney, providenciou a passagem.



COMPROMISSO Mão Santa afirma que Senado deve legislar para os pobres

Mão Santa quer gratuidade para o CPF

O senador Mão Santa (PMDB-PI) reivindicou que a inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) seja gratuita, uma vez que muitos pobres e excluídos precisam do documento para se inscrever nos programas sociais do governo, até mesmo no Fome Zero. Segundo ele, o CPF custa R\$ 5 hoje em dia. Ele anunciou que apresentará projeto estabelecendo a gratuidade. Mão Santa lembrou que o Senado tem obrigação de zelar pelos pobres e carentes do país, elaborando leis que os beneficiem, e citou o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy: “Se não formos capazes de salvar os muitos que são pobres, tampouco seremos capazes de salvar os poucos que são ricos”.

Mão Santa protestou contra o excesso de carteiras, cadastros e registros que o brasileiro precisa ter para simplesmente viver no Brasil. Segundo ele, um dos mais abrangentes é o CPF, sem o qual uma pessoa não pode se inscrever em concurso público – nem mesmo no vestibular –, comprar a crédito, tirar passaporte, se inscrever no Bolsa-Escola e no Fome Zero. Para o senador, esse excesso de exigências cadastrais somente serve à burocracia e à ganância arrecadatória, dando ao Estado mais e mais informações sobre o cidadão. Ele protestou, ainda, contra a exigência de declarações de “isento do pagamento do Imposto de Renda” que, se não forem feitas anualmente, resultam no cancelamento do cartão do CPF.

Para delegado, vazamento prejudica investigações

O delegado Paulo Roberto Falcão Ribeiro afirmou ontem, na audiência na CPI do Banestado, que o trabalho dos encarregados do inquérito que apura evasão de divisas por meio das contas CC-5 está sendo prejudicado pelo “vazamento” de informações por meio da imprensa.

– Há um excesso de mídia e de uma forma prematura. Estamos lendo no jornal *Folha de S. Paulo* e na revista *IstoÉ*, por exemplo, documentos que estão sob sigilo de Justiça, entrevistas com suspeitos que ainda nem foram interrogados e que nem sequer sabiam que eram suspeitos, por exemplo.

Segundo o delegado, é legítimo o direito de informar à opinião pública, mas, nesses casos, houve “um desserviço” ao país porque as investigações foram prejudicadas.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que, em alguns casos, suspeitos poderão sumir com o dinheiro ilícito, uma vez alertados, e evidências podem ser destruídas.

– Os jornais disseram, por exemplo, que o senador Magno Malta viajou por conta própria para investigar em Nova York. Pois o presidente Sarney informou que ele viajou autorizado pelo Senado, para tratar



INCONFORMIDADE Para Ideli, desconhecimento das irregularidades é inaceitável

do projeto Fome Zero.

O senador também ficou surpreso com a má vontade e a omissão do Banco Central.

– Eu, que sempre defendi a autonomia do Banco Central, mudei de idéia. Se subordinado ao governo o BC age dessa forma, imagino como agirá quando livre por aí – afirmou.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) considerou inaceitável que um banco de pequeno porte como o Araucária tenha movimentado bilhões de dólares, sem que o Banco Central ou qualquer autoridade brasileira percebesse algo errado.

– É importante saber quem eram os controladores do Banco Araucária e como foi possível movimentar volume tão absurdo de dinheiro.

Comando de elite pode ser permanente

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), informou que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu, na audiência que os membros da CPI tiveram na quarta-feira com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que seja criada uma espécie de comando de elite de caráter permanente para investigações de fraudes gigantes, como essa da evasão de divisas. O comando envolveria a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público.

– O ministro prometeu estudar, mas já decidimos que toda segunda-feira, a começar da próxima, haverá uma reunião de trabalho entre os membros da CPI, os policiais federais e os procuradores encarregados do caso – informou o senador.

Na sessão da CPI, Simon disse que o Congresso Nacional precisa urgentemente mudar os códigos de processo no Brasil, porque o sistema atual atrasa e até “envergonha” os órgãos institucionais envolvidos na investigação.

– Primeiro há o inquérito



AUDIÊNCIA Antero Paes de Barros diz que ministro prometeu estudar sugestão

policial. Depois, tudo é encaminhado ao Ministério Público para um processo, e finalmente chega-se ao juiz. Só aí a defesa dos acusados vai ter alguma preocupação. É um processo lento e que desmoraliza a todos nós – assinalou o senador.

A chamada “força-tarefa” encarregada das investigações tem agora 14 delegados e funcionários da Polícia Federal, oito procuradores da República e um técnico do Banco Central. Atualmente, afirmou o delegado Paulo Roberto Falcão Ribeiro, está havendo total colaboração do BC, mas antes, segundo o delegado Euclides, a má vontade era tanta que chegou a haver denúncia do Ministério Público contra um funcionário do BC, que respondeu a inquérito por prevaricação – deixar de praticar atos de ofício a que era obrigado.

Azeredo elogia reforma administrativa de Aécio

A reforma administrativa implantada pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), foi saudada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) como um exemplo a ser seguido pelos demais estados e pela própria União. De acordo com o senador, Aécio recebeu as finanças mineiras em 1º de janeiro com um déficit de R\$ 2,4 bilhões, quadro que o obrigou a ajustes na esfera administrativa, iniciados ainda como governador eleito.

Aécio Neves, relatou o senador, conseguiu ver aprovada pela Assembléia Legislativa resolução que concede poderes ao chefe do Executivo para emitir normas relativas à reforma da administração estadual. Assim, já no dia 2 de janeiro, o governador decretou lei que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública.

– É o começo de uma das mais formidáveis remodelações administrativas de que se tem notícia – disse Azeredo.

Dentre as medidas adotadas pelo governador destacam-se a redução dos próprios vencimentos e de todo o primeiro escalão mineiro e a diminuição do número de secretarias. Além disso, as despesas de custeio também sofreram drástica redução e o mesmo aconteceu

com os serviços terceirizados. Outra medida foi a contratação de auditorias permanentes para todos os órgãos públicos.

Aécio também vetou o desenvolvimento de projetos, programas e ações sem a correspondente definição da fonte de recursos, gerente responsável, prazo, metas e controle de resultados.

– Os serviços essenciais, como segurança, educação e saúde, receberam a marca de



Modelo implantado por Aécio é exemplar, diz Eduardo Azeredo

prioridades absolutas, constituindo-se nas áreas mais preservadas dos cortes impostos para o ajuste e saneamento das contas públicas. É o estado que se reabilita para as funções sociais que lhe são próprias – afirmou Azeredo.

Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Mão Santa (PMDB-PI) também apoiaram as medidas administrativas tomadas pelo governador mineiro.

No mesmo discurso, Azeredo anunciou que apresentou projeto para permitir que trabalhador que esteja cursando faculdade possa utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar parcelas da anuidade. A proposta estende o benefício ao filho universitário do trabalhador que tenha até 24 anos, permitindo a utilização de até 70% do FGTS do pai.

Audiência com ministro deixa José Jorge frustrado

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ontem que foi frustrante a audiência que uma comitiva de senadores da Comissão de Serviços de Infra Estrutura (CI) teve com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, para tratar do contingenciamento de recursos das agências reguladoras. Além do próprio José Jorge, fizeram parte do grupo os senadores João Batista Motta (PPS-ES), Delcídio Amaral (PT-MS), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).



José Jorge: corte de recursos para agências reguladoras preocupa

–O ministro afirmou que não estava tratando disso – relatou.

José Jorge explicou que, há três semanas, a CI realizou audiência com representantes das agências reguladoras, que manifestaram preocupação com o contingenciamento, por prejudicar seu trabalho de mediação entre as empresas concessionárias e os consumidores. Segundo o senador, as agências não têm poder político para discutir e negociar os cortes feitos pelo governo.

Congresso promove a Semana do Software Livre

■ Abertos ao público, seminário, palestras e mesas-redondas serão realizados de 18 a 22 de agosto



DESPESAS União gastou R\$ 125 milhões com sistemas operacionais em 2002, diz Serys

Com o objetivo de discutir a utilização, no Brasil, de programas de computador abertos, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados promoverão de 18 a 22 de agosto a “Semana do Software Livre no Legislativo”. A programação inclui seminário, palestras e mesas-redondas com a presença de autoridades nacionais e internacionais.

O termo “software livre” refere-se aos programas de computador em que o código-fonte (as linhas de programação) é público, permitindo que o usuário possa alterá-lo. Esses softwares abertos são em geral distribuídos gratuitamente, e não há pagamento de royalties e copyright.

Durante o evento, o impacto econômico e social na utilização do software livre pelo setor público estará sendo discutido no seminário previsto para os dias 19, 20 e 21 de agosto no Senado. Estarão presentes Richard Stallman, presidente da Fundação Soft-

ware Livre e criador do Projeto GNU/Linux; Miguel de Icaza, presidente do projeto Gnome; e o brasileiro Marcelo D’Elias Branco, coordenador do programa de utilização de software livre no estado do Rio Grande do Sul.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou que apenas em 2002 a União gastou R\$ 125 milhões em sistemas operacionais de computador, dinheiro que poderia ser economizado com a utilização de softwares livres. Além disso, acrescentou, esses sistemas têm “uma importância estratégica para a afirmação tecnológica dos países emergentes, caso do Brasil”.

No encerramento do seminário estão previstos os anúncios da criação da Frente Parlamentar pelo Software Livre, da implementação de iniciativas de uso do software livre pelo Congresso e o lançamento oficial do Projeto Software Livre no Brasil.

Programação

- Dias 19, 20 e 21 de agosto, o seminário “O Software Livre e o Desenvolvimento do Brasil”, no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.
 - De 18 a 22 haverá a exposição “Mostra de Soluções e Iniciativas com Software Livre”, com a participação do Interlegis, Conectiva, OpenOffice, Oracle, IBM e Novintec/Conrix, no Salão Branco do Congresso.
 - Dia 20, das 9h às 12h, audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara.
 - Dia 21, das 15h às 17h, Tardes Tecnológicas sobre “Ambientes baseados em software livre”, no Auditório Petrônio Portella.
- O evento será aberto ao público e as inscrições podem ser feitas gratuitamente no site www.congresso.gov.br/softwarelivre.

Capiberibe defende novos rumos para globalização

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu um novo modelo de globalização que corresponda aos interesses dos países periféricos. Mas, para isso, sustentou, é necessária a participação da sociedade civil e dos parlamentares de todo o mundo.

Capiberibe analisou ontem os impactos da globalização econômica sobre os países pobres. Segundo ele, as regras do chamado “Consenso de Washington”, ditadas há 14 anos, estabeleceram reformas estruturantes em todo o mundo, baseadas na eliminação de barreiras alfandegárias, o que apenas beneficiou os países do Primeiro Mundo.

– Passados 14 anos, constatamos que é um consenso dos ricos, que intensificou as relações Norte-Norte – disse o senador, salientando que a política externa brasileira aponta no sentido contrário ao tentar criar “um consenso dos pobres do Sul”.

Capiberibe frisou a importância de dois eventos que, na sua opinião, devem merecer a atenção de parlamentares de todo o mundo: as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), em

setembro, e da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em novembro. Ele disse que a agenda política e econômica mundial está sendo definida pelos países ricos. O senador citou a Rede Parlamentar Internacional, criada durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, como tentativa dos parlamentos de todo o mundo de formular alternativas ao “Consenso de Washington”;

Documento da Rede Parlamentar Internacional lido pelo senador ressalta que “o processo de negociação da OMC, que conduz à conclusão e à implementação de acordos vinculantes, não pode continuar sendo um simples assunto intergovernamental. Acreditamos que assembleias eleitas democraticamente devem desempenhar seu papel em todo o processo de negociação e na implementação dos acordos da OMC”.



João Capiberibe: só ricos foram beneficiados

Paim destaca programa lançado por Cristovam

O senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o ministro da Educação, Cristovam Buarque, pelo lançamento do programa Diversidade na Universidade, que irá financiar cursos pré-vestibulares para afro-descendentes e indígenas, além de estudos e pesquisas que valorizem "iniciativas inovadoras voltadas para o combate à discriminação racial e étnica na educação".

Para o senador gaúcho, o programa, que tem o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), "pode contribuir para corrigir desvios históricos que parecem querer perpetuar a marginalização dos afro-descendentes". Paim informou que os negros são apenas 2,2% do total de formandos em cursos superiores avaliados pelo Ministério da Educação.

– O programa Diversidade na Universidade é, finalmente, o reconhecimento pelo Estado da discriminação, marginalização e exclusão social sofrida pela população negra – afirmou o parlamentar.

Segundo Paim, o programa "transforma em política pública uma iniciativa marcada des-



Waldemir Rodrigues

RESGATE Paim acredita que iniciativas como essa podem reduzir a discriminação racial

de o início por um movimento amplo de solidariedade, que busca tornar mais democráticas as possibilidades de acesso ao ensino superior". Ele citou o apelo feito pelo ministro no lançamento do programa, na quarta-feira. Cristovam pediu a parlamentares e entidades do movimento negro empenho para assegurar, na reforma tributária, os recursos constitucionais destinados à educação.

– Não adianta comemorarmos os US\$ 9 milhões do programa e perdermos R\$ 17 bilhões com uma reforma tributária que diminua a receita da educação resultante da arrecadação de impostos nos estados e municípios.

Lúcia Vânia comemora conquista para as mães

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que o retorno do pagamento do salário-maternidade pelas empresas é uma conquista para as mães trabalhadoras, pois a medida torna o recebimento mais

fácil, ágil e seguro. Ela acrescentou que a medida representa um reconhecimento, por parte do Ministério da Previdência Social, da eficácia dos mecanismos de combate às fraudes adota-

dos no governo Fernando Henrique Cardoso.

– Ganhamos em segurança ao dispor do Cadastro Nacional de Informações Sociais e da Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência, a GFIP – explicou.

Anteriormente, lembrou a

senadora, o benefício era pago pelas empresas, mas o governo FHC, em 1999, decidiu concentrar a solicitação e o pagamento do salário-maternidade nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), "pois havia dificuldade de fiscalizar a compensação da contribuição patronal à Previdência".

Lúcia Vânia salientou que foi a confiança nos atuais sistemas de controle que levou o Ministério da Previdência a propor a mudança. Ela ressaltou a rapidez da tramitação do projeto, aprovado sem emendas pela Câmara, votado nesta semana pelo Senado e enviado à sanção presidencial.

Outra vantagem do retorno do pagamento do benefício pelas empresas, destacou a senadora, é que o atendimento nos postos do INSS poderá ser desafogado para os demais beneficiários. Somente em abril, disse Lúcia Vânia, o INSS pagou salário-maternidade a 71.800 mulheres.

Fátima protesta contra a "desigualdade do saber"

Senadora diz que falta de acesso à educação amplia o fosso social e econômico existente hoje no Brasil

Com base no Relatório do Desenvolvimento Humano Mundial de 2003, da Organização das Nações Unidas (ONU), a senadora Fátima Cleide (PT-RO) enumerou e condenou ontem, em discurso, os desequilíbrios socioeconômicos do Brasil, em especial a "desigualdade do saber", contra a qual defende a adoção de medidas que qualifiquem a educação pública brasileira.

Segundo o relatório, 73,1% dos brasileiros não têm o ensino médio, sendo que apenas 19,3% dos jovens com 18 anos chegam a concluí-lo.

– A desigualdade do saber gera mais desigualdade, limita o crescimento do ser humano,



Roosevelt Fimheiro

ABISMO Fátima revelou que apenas 19,3% dos jovens concluem o ensino médio

destrói a capacidade de tomar decisões durante a vida, aprofundando a distância entre ricos e pobres – disse Fátima.

No país, informou ainda, os 10% mais ricos têm renda 65,8 vezes maior do que os 10% mais pobres; 80% das terras estão concentradas nas mãos de poucos; e 9,9% da população vivem com menos de 1 dólar por dia. Tais números colocam o Brasil na nona posição entre

os países com maior desigualdade social do mundo.

Embora o Brasil tenha subido 16 posições no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano devido a conquistas nas áreas de educação e saúde, "os números da educação pública estão longe de causar orgulho à nação brasileira", advertiu Fátima.

Além da baixa escolaridade dos brasileiros, que dificilmente chegam ao curso superior, a senadora lembrou que as crianças têm dificuldades em fazer cálculos matemáticos e interpretar textos. Fátima apoiou a política educacional adotada pelo ministro Cristovam Buarque, defendendo medidas como o aumento do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação e a melhoria salarial dos professores.

– Oferecer (aos pobres) a mesma qualidade de educação que têm os alunos abastados é medida vital para a superação das desigualdades.

Brasil investe 4,7% do PIB em educação

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003, o Brasil gasta com educação o equivalente a 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB), valor que o coloca entre os países com gasto médio na área, próximo aos Estados Unidos e Alemanha. O problema é que esses países já possuem uma boa infra-estrutura educacional e por isso podem investir proporcionalmente menos, ao contrário do Brasil. Veja quanto alguns países destinam à educação, em relação ao PIB.

Cuba	8,5%
Dinamarca	8,2%
Suécia	7,8%
Portugal	5,8%
França	5,8%
Estados Unidos	4,8%
Brasil	4,7%
Alemanha	4,6%
Reino Unido	4,5%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)



Heráclito elogia trabalho de aluna piauiense

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) parabenizou a estudante piauiense Teresa Rachel Dias pela segunda colocação no 3º Concurso para Universidades, sobre Programas de Prevenção de Drogas, realizado entre os dias 19 e 26 de junho, em Brasília, pela Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee).

Teresa é aluna da Faculdade de Santo Agostinho de Teresi-

na (PI) e concorreu com 600 trabalhos de todo o Brasil, sobre o tema "Proposta de Prevenção de Drogas para a minha Faculdade".

O Ciee foi escolhido como parceiro da Senad por tratar diretamente com estudantes, público-alvo na guerra aos entorpecentes. O centro tem também parceria com redes de instituição de ensino superior, comentou Heráclito.

O concurso buscou incentivar os estudantes a apresen-



Roosevelt Fimheiro

PREVENÇÃO Heráclito diz que concurso ajuda jovens carentes a combater as drogas

tarem propostas de prevenção ao uso de drogas em seu ambiente, assim como fez Teresa Rachel, uma jovem com dificuldades de custear seus estudos, afirmou o parlamentar piauiense.

Roosevelt Fimheiro



Para Lúcia Vânia, benefício será agilizado

Luiz Otávio cobra investimentos no Pará

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou ontem que o estado do Pará pode se tornar o grande corredor de exportações brasileiras. Segundo ele, basta que o governo federal cumpra o compromisso de investir em infra-estrutura para que a produção de soja do Norte, Centro-Oeste e até Sudeste seja escoada pelo porto de Santarém, localizado no rio Tapajós, um dos afluentes do Amazonas.

Luiz Otávio disse que é preciso um sistema de transportes que integre as rodovias e hidrovias do Pará ao porto de Santarém. Ele se referiu às hidrovias do Tocantins e do Araguaia e lembrou que, para que elas sejam utilizadas, é preciso construir eclusas junto à hidrelétrica de Tucuruí e às barragens de Santa Isabel e Rio das Mortes, permitindo a navegação continuada na bacia do Tocantins.

Os recursos para as eclusas em Tucuruí já estão disponíveis, são da ordem de R\$ 360 milhões. E o retorno a esse investimento viria com a primeira safra de soja – explicou, anunciando que o governo do estado do Pará e a Eletronorte, responsável por Tucuruí, estão em conversações para dividir os custos das obras.

O senador elogiou o empenho do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e do presidente Lula, que liberaram recursos para consertos na rodovia Belém-Brasília, que estava em estado de calamidade.

Municípios

Luiz Otávio ainda manifestou seu apoio à Frente Parlamentar Municipalista, que defende a destinação de mais recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



POTENCIAL Estado poderá ser grande corredor de exportação, defende Luiz Otávio

Hélio Costa defende a retomada do Proálcool

Programa, importante para geração de renda, conta com mercado externo potencial, afirma o senador

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) reivindicou ontem a imediata retomada do Programa Nacional do Álcool, o Proálcool, como meio de desenvolver regiões pobres do Nordeste e de Minas Gerais. Segundo ele, a plantação de cana-de-açúcar e a produção de álcool representam um dos maiores mercados de trabalho no interior do país, gerando renda e fixando o homem no campo.

Hélio Costa afirmou que o Brasil produz 12 bilhões de litros de álcool por ano, mas tem capacidade de dobrar a produção se houver incentivo governamental. Além de haver um mercado potencial interno, há alternativas para exportar o produto, agora que a guerra do Iraque mostrou a volatilidade do mercado de petróleo mundial, argumentou.

De acordo com o senador, Suécia, Suíça e outros países da Europa, bem como os Estados Unidos, já manifestaram interesse em adquirir o álcool brasileiro. O Japão comprará 500 milhões de litros em 2004 e nos próximos cinco anos poderá importar até 4,5 bilhões de litros de álcool.

– Nas negociações sobre a



INCENTIVO Hélio Costa lembrou os compromissos do governo com o setor

Área de Livre Comércio das Américas (Alca), esse produto pode representar grande vantagem brasileira, pois temos uma

rentabilidade de 6 mil litros por hectare, cerca de três vezes maior do que nos Estados Unidos e na Europa – observou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o compromisso de reativar o Proálcool, que precisa de incentivos governamentais para ser ampliado e utilizar novas tecnologias, disse Hélio Costa.

O senador enfatizou que os produtores, que são compromissados com o país e com a sociedade, esperam o aperfeiçoamento da legislação que rege o setor e as políticas de retomada do programa.

Programa é referência mundial

Criado em 1975 pelo governo do então presidente Ernesto Geisel, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) surgiu para reduzir a dependência brasileira do petróleo importado. O país chegou a ter cerca de 5 milhões de carros rodando com o combustível, mas os subsídios aos produtores de cana e aos fabricantes de veículos – cerca de US\$ 7 bilhões até 1989 –, somados à estabilização do preço internacional do petróleo, levaram ao abandono progressivo do programa. A crise atingiu o pico em 1989, quando a produção de álcool caiu e o Brasil foi obrigado a

importar o produto. Daí em diante, os usineiros preferiram se dedicar à produção de açúcar, cuja cotação no mercado internacional estava em alta. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), em 2002 foram vendidos 1,16 milhão de automóveis no país, dos quais apenas 47,4 mil eram movidos a álcool. Em 1986, no auge do programa, eles representavam 92% dos automóveis comercializados. A despeito da crise, o Brasil ainda é considerado referência mundial em combustível alternativo à gasolina.



QUALIDADE Para Romero Jucá, alto nível tecnológico atrai investimentos

Pólo de Manaus é exemplo ao país, diz Jucá

Contrário à política econômica protecionista praticada durante muitos anos na Zona Franca de Manaus, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a nova estratégia adotada no pólo amazense, centrada, sobretudo, na livre concorrência. Atrair novas empresas, de preferência as fornecedoras de componentes, é o que pretende a economista Flávia Grosso, diretora da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para sanar o desequilíbrio da balança comercial na região, hoje deficitária, afirmou o parlamentar.

Para Jucá, o Pólo Industrial de Manaus "é um dos mais importantes da América Latina", pois tem atualmente 430 empresas, que produzem grande variedade de produtos tecnológicos, exportou no ano passado US\$ 1 bilhão, fatura US\$ 10 bilhões por ano e gera mais de 50 mil empregos diretos. Mantido o quadro atual de crescimento, em 2005 a Zona Franca alcançará superávit na balança comercial, afirmou.

Investimentos

Jucá citou pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre potencialidades da região que identifica oportunidades economicamente viáveis de investimento na Zona Franca. Conforme disse, "o nível de elevação tecnológica dos processos produtivos" contribui decisivamente para o desenvolvimento da região amazônica.

– Em termos de diversidade, inovação tecnológica, interiorização de benefícios, qualidade de vida, geração de renda, podemos afirmar que o Pólo Industrial de Manaus merece incentivo – afirmou o senador.

Paim alerta para crise na indústria

Apesar de a inflação estar sob controle, possibilitando a redução das taxas de juros, o país enfrenta uma grave crise no setor industrial, afirmou o senador Paulo Paim (PT-RS). Ele disse que, embora o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tenham recuado, "os motivos de comemoração param por aí". O senador ressaltou que a produção industrial de maio caiu 0,3%, em comparação ao mesmo período do ano passado, elevando o índice

de desemprego a 7,67%. Na avaliação do senador, o enfrentamento da crise exige o controle das taxas de juros.

– A queda do desempenho industrial revela um quadro de estagnação da atividade e isso é preocupante – disse o parlamentar, acrescentando que o futuro "não parece promissor".

Paim apresentou estudo da Fundação Getúlio Vargas que comprova insatisfação entre 45% dos empresários, enquanto 12% disseram que a situação melhorou. Quanto ao nível de demanda global, a diferença

entre os que lamentam a situação e os que a aprovam foi a maior da década, respectivamente 43% para 9%.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citada por Paim, uma das causas do desaquecimento da indústria está na diminuição do poder de compra do consumidor, provocada por desemprego e queda da renda. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o problema está nas taxas de juros, relatou o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Luiz Otávio, Hélio Costa e Mão Santa